


<div></div> <div>GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva</div>	<div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES <i>Andre Luiz Nahass</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Matheus Quintal de Sousa Ribeiro</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER <i>Gutemberg de Paula Fonseca</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i></div> <div>CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Jurandir Lemos Filho</i></div> <div>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO <i>Marcelo Cordeiro Bertolucci</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Patrique Welber Atela de Faria</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Antonio Ferreira Pedregal Filho</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA <i>Tatiana Ribeiro Queiroz de Oliveira</i></div> <div>SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA <i>Sérgio Zveiter</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR <i>Leonardo Vieira Mendes</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E JUVENTUDE <i>Gelby Luis Justo Lima</i></div> <div>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i></div>
<div>GOVERNO DO ESTADO</div> <div>www.rj.gov.br</div>	

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	...
Atos do Poder Executivo	1
Gabinete do Governador	3
Governadoria do Estado	8
Gabinete do Vice-Governador	14
Vice-Governadoria do Estado	17

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil	3
Gabinete do Governador
Governo	8
Planejamento e Gestão	8
Fazenda	8
Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais	14
Infraestrutura e Obras	14
Polícia Militar	15
Polícia Civil	15
Administração Penitenciária	16
Defesa Civil.....	17
Saúde	17
Educação.....	19
Ciência, Tecnologia e Inovação	22
Transportes	24
Ambiente e Sustentabilidade	24
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento	25
Cultura e Economia Criativa	25
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	25
Esporte e Lazer	25
Turismo	25
Cidades	25
Controladoria Geral do Estado	25
Gabinete de Segurança Institucional do Governo.....	...
Trabalho e Renda.....	26
Envelhecimento Saudável.....	26
Assistência à Vítima.....	26
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília
Justiça.....	...
Proteção e Defesa do Consumidor	27
Ação Comunitária e Juventude.....	...
Procuradoria Geral do Estado	27

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO	28
--	----

REPARTIÇÕES FEDERAIS
----------------------------	-----

ATOS DO PODER EXECUTIVO

*DECRETO Nº 47.947 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022

ALTERA O DECRETO Nº 47.928 DE 19 DE JANEIRO DE 2022, QUE INSTITUI O PROGRAMA CIDADE INTEGRADA NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e no que consta nos Processos nºs SEI-120001/001075/2022 e SEI-150001/003164/2022,

Art. 1º - O Decreto nº 47.928 de 19 de janeiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.5º

§2º-A - Cria-se a Coordenação do Programa que estará em equivalência hierárquica com o Comitê de Governança com as seguintes atribuições:

I - coordenar e acompanhar as rotinas operacionais dos eixos sociais, econômicos, de infraestrutura, de governança, de transparência e de Consórcios;
II - elaborar relatórios e atuar na implementação de melhorias para a otimização de processos;
III - garantir que as necessidades das ações sejam atendidas à medida que o projeto evolui;
IV - articular a intersetorialidade entre os órgãos públicos da Administração Direta e Indireta para que os programas e ações sejam implementadas de acordo com o plano de ação e com o cronograma de políticas;
V - organizar os recursos dos projetos, planejar, solicitar e prestar contas das atividades e dos recursos financeiros e insumos necessários;
VI - realizar a interlocução com os órgãos e entidades do governo para o desenvolvimento do Programa;
VII - realizar a interlocução com a comunidade local e internalizar as demandas;
VIII - por meio do Comitê de Governança, solicitar aos núcleos de que trata o §1º do art. 5º, intervenções e ajustes ao plano; e
IX - submeter ao Comitê de Governança todas as demandas que careçam de decisão final.

§2º-B - A função de Coordenadoria do Programa é considerada prestação de serviço público relevante, não remunera-da.

§ 3º - A Secretaria Executiva do Comitê será exercida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, integrante do Núcleo de governança estratégica.” (NR)

“Art.7º-

III - Secretaria de Estado de Governo - SEGOV;

XL - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do ERJ - PRODERJ.” (NR)

“Art.8º-

I - exercer a função de escritório central de gerenciamento do programa (PMO), coordenando e monitorando as atividades multisetoriais desenvolvidas pelos órgãos e entidades da administração estadual;

III - opinar sobre alteração, revisão, resolução, rescisão ou prorrogação dos programas;” (NR)

“Art. 9º- Ficam instituídos no âmbito deste programa os Conselhos Comunitários Cidade Integrada, a serem estabelecidos para cada uma das comunidades contempladas, como instância colegiada permanente, temática, de natureza consultiva, propositiva e voluntária, que tem por finalidade atuar como instrumento de diálogo entre a sociedade civil e o Estado do Rio de Janeiro, a fim de fomentar a participação cidadã no processo decisório e a melhoria na gestão de políticas públicas.” (NR)

“Art.11- -
I - Representante da Polícia Militar, da Área Integrada de Segurança Pública - AISP;

VI - Representante da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC;

IX - Representante da Secretaria de Estado das Cidades - SECID;

X - Represente da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - EEL;” (NR)

“Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24 de janeiro de 2022.” (NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2022

CLÁUDIO CASTRO
Governador

*Replicado por ter saído com incorreções publicado no D.O de 09/02/2022.

Id: 2372758

DECRETO Nº 47.948 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022

ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 22.939, DE 30 DE JANEIRO DE 1997, QUE DISCIPLINA O SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 22.939, de 30 de janeiro de 1997, e o disposto no Processo n.º SEI-040108/000022/2022,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência e padronização das condições para o recebimento e a movimentação dos recursos financeiros, inclusive a destinação dos saldos não utilizados quando do encerramento do exercício;

- o impacto do Regime de Recuperação Fiscal em todos os poderes do Estado do Rio de Janeiro.

- considerando a Lei Estadual nº 287 de 04 de dezembro de 1979, a Resolução n.º 779 de 05 de agosto de 2014 e o Decreto Estadual nº 44.899, de 05 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído o Art. 3º-B no Decreto Estadual nº 22.939 de 30 de janeiro de 1997:

Art. 3º-B - No que tange às condições para o recebimento e a movimentação dos recursos financeiros, deve-se observar os termos dispostos na Lei Estadual nº 287 de 04 de dezembro de 1979 e na Resolução n.º 779 de 05 de agosto de 2014, que regulamenta o presente Decreto.

Art. 2º - Fica incluído o Art. 3º-C no Decreto Estadual nº 22.939 de 30 de janeiro de 1997:

Art. 3º-C - Para fins de saldos não utilizados quando do encerramento do exercício, deve-se observar os termos dispostos na Lei Estadual nº 287 de 04 de dezembro de 1979 e na Resolução n.º 779 de 05 de agosto de 2014, que regulamenta o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2022

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2372766

DECRETO Nº 47.949 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022

REGULAMENTA DISPOSIÇÕES DA LEI ESTADUAL Nº 5.799 DE 20 DE AGOSTO DE 2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 7.735 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017, QUE INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ATLETA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando o disposto na Lei Estadual nº 5.799 de 20 de agosto de 2010, alterada pela Lei Estadual nº7.735 de 09 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - A concessão da Bolsa-Atleta em suas diversas categorias, é regida pelas disposições da Lei Estadual nº 5.799 de 20 de agosto de 2010, alterada pela Lei Estadual nº 7.735 de 09 de outubro de 2017, por este Decreto regulamentador e pelas normas complementares expedidas, nos limites legais, pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto estabelece, dentre outras diretrizes do Programa Bolsa-Atleta, os procedimentos para inscrição, os requisitos para pleitear o benefício, os critérios de avaliação, pontuação e classificação, as regras para interposição de recursos, o quantitativo e a forma de pagamento das bolsas.

Parágrafo Único - O atleta que receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídica, públicas ou privadas, terá direito a percepção de 80% (oitenta por cento) do valor da bolsa de sua categoria, conforme estabelece o §2º do art. 2º da Lei Estadual nº 5.799 de 20 de agosto de 2010, alterada pela Lei Estadual nº 7.735 de 09 de outubro de 2017.